

1. Introdução

O trabalho inicialmente estabelece os fundamentos teóricos para se compreender o movimento que transforma o espaço urbano da cidade, para, em seguida, identificar como esse processo se desenvolve na cidade, a partir da leitura dos sistemas de objetos e sistemas de ações incorporados pelos agentes promotores do espaço urbano, nos níveis federal, estadual e municipal, bem como a atuação dos especuladores imobiliários e instituições privadas no recorte temporal proposto.

Parte-se do seguinte questionamento: até que ponto o entendimento das transformações no espaço urbano possibilita uma maior compreensão das políticas habitacionais?

O ponto central sobre tal discussão versará sobre o objeto da pesquisa, ou seja, as políticas habitacionais como instrumento da segregação espacial. Como objetivo geral, a pesquisa visa caracterizar as transformações ocorridas no espaço urbano na cidade foco do estudo, a partir da implantação das políticas habitacionais pós 1970. No que tange aos objetivos específicos, busca-se:

a- Estabelecer uma análise crítica do conceito de espaço geográfico e paisagem com o propósito do entendimento das transformações do espaço urbano;

b- Apresentar a evolução das políticas habitacionais e especificadamente a localização dos conjuntos habitacionais na cidade;

c- Analisar como estes conjuntos habitacionais (COAHB-MG, BNH e Movimento de Autoconstrução) se apresentam no novo espaço urbano;

d- Destacar a importância da compreensão da cidade e os desafios do espaço urbano no século XXI.

A pesquisa justifica-se pelo interesse em compreender como os agentes sociais produtores do espaço urbano muriaeense atuaram no município pós 1970,

data de início do processo de implantação dos conjuntos habitacionais. Além disso, observa-se uma carência de trabalhos na área foco da pesquisa, o que coloca como desafio a emergência na organização de tais informações.

Entende-se por agentes sociais produtores do espaço urbano cuja atuação resulta das contradições entre as classes sociais, os agentes concretos que atuam por meio da dinâmica capitalista. Para Lefébvre (1976, p.143), há vários agentes que produzem o espaço - engenheiros, banqueiros, autoridades administrativas e políticas, trabalhadores da construção civil, além de arquitetos e urbanistas. Para Corrêa (1995, p.12), os agentes produtores do espaço urbano são os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Harvey (1980, p.139) enfatiza que há numerosos e diversos atores no mercado de moradia e cada grupo tem um modo distinto de determinar o valor de uso e o valor de troca.¹ A atuação desses diversos agentes produtores do espaço urbano é diferenciada. Também a concepção do solo e suas benfeitorias são muito diferentes dependendo dos interesses em jogo e conforme os interesses dos grupos que estão operando no mercado.

Para Harvey, os atores que atuam no mercado de moradia são: os usuários de moradia, que consomem os vários aspectos da habitação; os corretores de imóveis, que operam no mercado de moradia para obter o valor de troca; os proprietários, que, na maioria das vezes, operam tendo como seu objetivo valor de troca. Além disso, destacam-se ainda os incorporadores e a indústria da construção de moradias, que estão envolvidos no processo de criar novos valores de uso e de troca, bem como as instituições financeiras que estão interessadas em obter valores de troca por meio de financiamentos de oportunidades para a criação e aquisição de valores de uso, além, é claro, das instituições governamentais surgidas de processos políticos, apoiadas na carência de valores de uso disponíveis para os consumidores de moradia.

¹ A expressão valor de uso pode assim ser aplicada a toda classe de objetos, atividades e eventos em situações particulares, sociais e naturais. Os valores de uso consequentemente servem diretamente como meios de existência. A criação de valor de troca reside no processo social de aplicação de trabalho socialmente necessário aos objetos da natureza para criar objetos materiais (mercadorias) apropriados para o consumo (uso) pelo homem. (HARVEY 1980, p.132).

Observa-se que as colocações de Lefébvre, Corrêa e Harvey se complementam e dão suporte para uma compreensão crítica dos agentes produtores que estão envolvidos na produção do espaço urbano, sendo que suas funções podem ser assim definidas: os proprietários dos meios de produção são os grandes consumidores do espaço, estão à procura de terrenos baratos em lugares estratégicos da cidade, em exclusivo próximos a fixos e fluxos, ou seja, próximos a objetos técnicos, já que tais terrenos, com o tempo, passam a ser valorizados, o que estimula a especulação imobiliária.

Sua atuação se torna multiescalar, uma vez que busca atender aos interesses das classes dominantes nos mais diferentes níveis espaciais, federal, estadual e municipal, e isso se torna evidente ao se analisar o histórico de atuação das políticas no decorrer do tempo, as políticas federais como BNH e COAHB para a construção de habitações em parceria com o poder público estadual e municipal e a incentivação do processo de autoconstrução, através de programas como João de Barro, Aliança para o Progresso e Multirão da Autoconstrução.

Outro protagonista na produção do espaço urbano são os proprietários fundiários. Em busca de uma renda fundiária atuam tanto nas áreas centrais (preferência) quanto nas periféricas, realizam pressões junto ao Estado para a implantação de obras de infraestrutura e, ao consegui-las, ratificam a desordem e o caos urbano, redirecionando a segregação residencial.

No que diz respeito aos promotores imobiliários Lefébvre (1976, p.143) menciona engenheiros, arquitetos, urbanistas, banqueiros, além de autoridades administrativas e políticas, uma vez que realizam operações de incorporação e financiamento, incluindo estudo técnico, produção física e comercialização do imóvel, sendo que tais ações se processam na cidade de forma desigual e contraditória. Além disso, frente à demanda por habitações para as camadas populares, tais promotores vão buscar parcerias com o Estado por meio de créditos para a construção de conjuntos habitacionais como BNH e COHABS, para atender aos interesses do capital imobiliário.

Entretanto, segundo Corrêa (1995, p.24), o papel do Estado pode variar como grande industrial, consumidor do espaço de localizações específicas,

proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e alvo dos chamados movimentos sociais.

O que se percebe, a partir das colocações de Corrêa, é que o Estado é um agente central das políticas de produção do espaço urbano, comportando-se de acordo com os interesses da classe dominante, ora como grande industrial, ora como consumidor do espaço para a obtenção de terrenos baratos para a construção de conjuntos habitacionais (para viabilizar os interesses do capital), além de manter o seu papel de regulação do solo urbano, e sofrer pressões dos movimentos sociais frente à escassez de moradias.

Quanto aos grupos sociais excluídos, eles também participam da produção do espaço urbano na cidade, citados como trabalhadores da construção civil por Lefévre e como grupos sociais excluídos por Corrêa, para designar as camadas sociais que não têm acesso adequado aos bens e serviços oferecidos pela cidade. São segregados a partir da dinâmica da cidade e do poder especulativo do capital, habitando em cortiços, loteamentos periféricos e favelas, onde atuam como agentes ativos modeladores do espaço urbano.

Definem-se, portanto, neste trabalho, políticas públicas habitacionais como todas as ações de caráter federal, estadual ou municipal que tiveram como propósito a criação de estratégias e alternativas para a construção de moradias ou de equipamentos urbanos e obras de infraestrutura, atreladas tais políticas à política urbana, como afirma Pinheiro (2008, p.3)

O estabelecimento de políticas públicas no Brasil é de competência do poder executivo em todas as instâncias de governo. Elas são criadas por meio de instrumentos legais que definem um determinado aspecto social, cultural, econômico ou de ordenação territorial como prioritário para a atuação do poder público, estabelecendo diretrizes, metas e planos a serem atingidos. Os ministérios, no âmbito federal, e as secretarias estaduais e municipais são responsáveis pelo detalhamento, pelo aprofundamento e pela aplicação das políticas públicas a partir de instrumentos criados para isso (leis, decretos, normas, programas de trabalho, fiscalização, etc.). Nas cidades o poder local conta com os Planos Diretores para definir as políticas urbanas.

A concepção de Pinheiro coaduna com a Constituição Federal de 1988, artigo 182, ao destacar que “a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretriz geral fixada em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes”.

Diante disso, subentende-se que as políticas de acesso à habitação estariam relacionadas às ações do poder público municipal e a partir de instrumentos como o plano diretor, adotado nas cidades com mais de 20.000 habitantes, que normatizariam as políticas de desenvolvimento e expansão urbana, incluindo a produção de casas para as classes menos favorecidas.

Para fundamentar os argumentos apresentados e atender os objetivos do trabalho, recorrer-se-á a Lefébvre (1976), Corrêa (1995) e Harvey (1980), para a definição de quem são os agentes sociais produtores do espaço urbano, a Pinheiro (2008) e à Constituição (1988), para a definição dos objetivos das políticas públicas habitacionais. Outros autores serão mencionados no decorrer da apresentação dos capítulos.

O método de abordagem utilizado na pesquisa será o dialético, analisando as transformações do espaço urbano por meio da perspectiva do conflito, de suas contradições, que ocorrem na sociedade. Para tanto, utiliza-se como método de procedimento um estudo comparativo das transformações que ocorreram no espaço urbano nas décadas pós 1970, e, como técnica de pesquisa, fez-se opção para a aplicação de uma pesquisa empírica voltada aos moradores dos conjuntos habitacionais, sujeitos do presente estudo, de forma a se entender a concepção de tais áreas e de como as mesmas são representadas por eles. Operacionalmente serão ainda empregadas diversas pesquisas de campo a cada eixo pesquisado, levantamento bibliográfico detalhado a fim de fundamentar as discussões propostas, bem como a utilização de técnicas quantitativas e qualitativas, sendo essa última empregada com maior ênfase no decorrer do trabalho.

A pesquisa de campo será desenvolvida nas áreas geográficas em que se encontram os conjuntos habitacionais estudados, com visitas periódicas, obtenção de imagens fotográficas e coletas de dados. Quanto aos instrumentos da pesquisa

aplicados aos sujeitos do estudo, elaborar-se-á um questionário, que será respondido por dois grupos de moradores distintos nos conjuntos - um grupo pertencente à associação de moradores, e outro grupo não atuante em projetos sociais nos conjuntos habitacionais, com igual número de integrantes, sendo que, para execução do mesmo, será explicitado o motivo da pesquisa e serão solicitados voluntários para a composição do último grupo.

Uma primeira versão do instrumento da pesquisa (questionário) será construída e submetida ao orientador, para posterior reelaboração e a aplicação de uma segunda versão do instrumento da pesquisa, uma pesquisa piloto, para verificar se as questões são claras e objetivas. Após a análise dos resultados, o instrumento será aplicado de forma definitiva, salvaguardando o anonimato dos sujeitos da pesquisa, que serão identificados no texto por letras. As respostas serão organizadas e submetidas à análise à luz da bibliografia que servirá de apoio teórico, uma vez que a teoria será utilizada para a explicação do real, ratificada pelas constatações da pesquisa.

Quanto à organização da dissertação, a mesma ficará estruturada em três capítulos:

O capítulo 1 trata brevemente de como os conceitos de paisagem e espaço, como categoria sintética, contribuem para a compreensão da localização e da segregação nos conjuntos habitacionais. Recorre-se a esses conceitos para explicar o objeto da pesquisa, uma vez que são norteadores da ciência geográfica. Também estabelecerão diálogo com outros capítulos do trabalho, dando consistência teórico-metodológica à discussão proposta.

Já o capítulo 2 aborda a discussão de como tais conjuntos se configuram no novo urbano, além da reflexão sobre a tentativa de implantação do planejamento urbano no município, enfatizando a descentralização das políticas urbanas pós-constituição de 1988, a análise do plano diretor participativo, buscando identificar ações atuais realizadas no município para a melhoria ou não do acesso da população pobre à moradia, os caminhos válidos, assim como alternativas que precisam ser postas em prática.

Para a percepção da formação espacial, deve ser feita uma associação entre o presente e o passado recente, uma vez que, para se compreender o espaço, torna-se necessária uma investigação de sua origem e desenvolvimento. Para a concretização desses propósitos, será feita uma análise organizativa do espaço urbano, destacando-se alguns marcos históricos, a saber:

- a- Café e a Lei de Extinção dos Cafezais;
- b- Abertura da estrada Rio - Bahia;
- c- Êxodo Rural e Crescimento Populacional;
- d- Diversificação econômica no município (do café às atividades industriais);
- e- Representação dos conjuntos habitacionais na visão dos moradores, bem como análise dos resultados da pesquisa.

O capítulo 3 apresenta os desafios do espaço urbano no século XXI, levantando reflexões sobre as sustentabilidades do espaço urbano e a segregação, uma vez que, diante da crise pela qual passa a cidade, em especial a crise habitacional, torna-se emergente a discussão de propostas sustentáveis para a cidade, uma vez que as políticas habitacionais desencadeadas ao longo da história, ao mesmo tempo em que produziram tais conjuntos e atenderam a demanda frente ao déficit habitacional, geraram a segregação refletida nas paisagens urbanas.

Um dos desafios da sustentabilidade urbana seria a valorização do poderio local, expressa na Constituição Federal de 1988, eliminando-se os obstáculos frente à realidade econômica dos municípios. Além disso, o conhecimento da realidade dessas áreas pela população e sua atuação poderão fazer valer os instrumentos de gestão participativa, uma vez que se incluirão nos espaços de discussão os grupos menos favorecidos.

Propõe-se ainda a participação popular na gestão das cidades, como forma de redução das carências urbanas, a partir das lutas de classes, valorizando-se o debate cidadão, bem como uma análise crítica dos limites dos instrumentos de gestão pública.